

**FUCAPE INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

CLÁUDIA DE QUEIROZ CANÇADO GONTIJO

**A INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
SOBRE AS DOAÇÕES RECEBIDAS PELAS ENTIDADES SEM FINS
LUCRATIVOS**

**VITÓRIA
2012**

CLÁUDIA DE QUEIROZ CANÇADO GONTIJO

**A INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
SOBRE AS DOAÇÕES RECEBIDAS PELAS ENTIDADES SEM FINS
LUCRATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante, na área de concentração Gerencial.

Orientador: Prof. Dr. Aridelmo Teixeira

**VITÓRIA
2012**

Gontijo, Cláudia de Queiroz Cançado.

A Influência do nível de governança corporativa sobre as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos. / Cláudia de Queiroz Cançado Gontijo. Vitória: FUCAPE, 2012.

57p.

Dissertação – Mestrado.

Inclui bibliografia.

1. Governança corporativa 2. Instituições sem fins lucrativos
I.Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade,
Economia e Finanças II.Título.

CDD – 657

CLÁUDIA DE QUEIROZ CANÇADO GONTIJO

**A INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
SOBRE AS DOAÇÕES RECEBIDAS PELAS ENTIDADES SEM FINS
LUCRATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, linha de pesquisa Contabilidade Gerencial, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante, na área de concentração Contabilidade Gerencial.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof° Dr.: Aridelmo José Campanharo Teixeira
(FUCAPE)**

**Prof° Dr.: Bruno Funchal
(FUCAPE)**

**Prof° Dr. : Adriano Rodrigues
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)**

Dedico este trabalho ao meu
marido Kerley, pois sem seu
amor não poderia chegar aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar esta dissertação de mestrado resta-me registrar o meu sincero agradecimento às pessoas que de várias formas contribuíram para que se tornasse uma realidade.

Ao orientador Professor Doutor Aridelmo Teixeira, por toda a dedicação e compreensão, pelos desafios cada vez mais complexos que foram colocados na realização deste trabalho, pelo estímulo e exigência crescentes que me foram impostos à medida que caminhávamos para a conclusão.

Ao meu marido Kerley e minha filha Júlia que têm sido o meu porto seguro.

A minha sogra Neide pelo apoio e dedicação a minha família, estando presente em todos os momentos importantes.

A minha família: Tio Zé, Tetezinha, Tia Ivoninha, Tia Rosa, Pedro Ian, presentes de Deus na minha vida.

A minha mãe pelo tempo dedicado e carinho.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, em especial ao Antônio de Pádua, Anderson Menezes, Gilberto Câmara, Ives Nunes e Ranylson Sá, pelas oportunas manifestações de companheirismo e de encorajamento.

A todos o meu profundo agradecimento.

“Você nunca saberá que Deus é tudo
o que você precisa até que ele seja
tudo o que você tiver.”

Rick Warren

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo que analisou a influência do nível de governança corporativa de instituições sem fins lucrativos e as doações recebidas de terceiros (pessoas físicas e jurídicas), pois ainda sabe-se pouco sobre esta relação. Tal pesquisa examina o nível de aderência às práticas de governança de 95 instituições sem fins lucrativos. O objetivo é identificar se o nível de aderência das práticas de governança corporativa gera influência sobre os recursos arrecadados por estas instituições. Para tal, o IGISFL (Índice de Governança para Instituições Sem Fins Lucrativos) foi construído seguindo o padrão proposto por Resende, Facure e Dalmácio (2008), que, por sua vez, utiliza-se dos padrões propostos por Coy e Dixon (2004), Silveira (2004), Leal e Carvalhal-da-Silva (2005), Lopes e Walker (2008) e no modelo de práticas de governança corporativa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2004). Para analisar o problema de pesquisa, estimou-se a regressão em que relaciona Outras Receitas (provenientes de doação) das entidades e o IGISFL. Os resultados encontrados evidenciam baixo nível de governança para as entidades pesquisadas, esse resultado se aproxima do encontrado por Rezende, Facure e Dalmácio. (2008) evidenciando que o nível geral de adoção das práticas de governança para entidades sem fins lucrativos é extremamente baixo. Ademais, 91% das entidades não alcançam sequer a metade do score possível de ser alcançado, além de mostrar evidências de existência da relação entre nível de governança corporativa e doações recebidas de terceiros.

Palavras-chave: Governança corporativa. Doações. Instituições sem fins lucrativos.

ABSTRACT

A research that examined the influence of the level of corporate governance of nonprofit organizations and donations from third parties (individuals and corporations), yet we know little about this relationship. This research examines the level of adherence to the governance practices of 95 nonprofit organizations. The goal is to identify if the grip level of corporate governance practices generate influence on the funds raised by these organizations. For this, IGISFL (Governance Index for Nonprofit organizations) was built following the pattern proposed by Resende, Facure and Dalmácio (2008), which, in turn, uses the standards proposed by Coy and Dixon (2004), Silveira (2004), Leal and Carvalhal-da-Silva (2005), Lopes and Walker (2008) and the model of corporate governance practices established by the Brazilian Institute of Corporate Governance (IBGC, 2004). To analyze the research problem, we estimated the regression that relates Other Income (from donation) of the IGISFL entities. The results show low levels of governance of the entities surveyed, this result is close to that found by Rezende, Facure and Dalmácio (2008) showing that the general level of adoption of governance practices for nonprofits entities is extremely low. Moreover, 91% of organizations do not reach even half the score achievable, and show evidence of existence of the relationship between the level of corporate governance and donations from third parties.

Key words: Corporate governance. Donations. Nonprofit organizations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatísticas Descritivas – ano 2005.....	37
Tabela 2: Estatísticas Descritivas – ano 2006.....	38
Tabela 3: Estatísticas Descritivas – ano 2007.....	38
Tabela 4: Estatísticas descritivas – ano 2008	39
Tabela 5: Estatísticas descritivas – ano 2009	39
Tabela 6: Análise da composição das receitas	41
Tabela 7: Distribuição do pib por região.....	42
Tabela 8: Análise da composição das receitas – sudeste.....	42
Tabela 9: Análise da composição das receitas – nordeste	42
Tabela 10: Correlação entre receitas/ativo total e dimensões que compõe o índice.....	44
Tabela 11: Estimação da relação entre outras receitas provenientes de doação e o índice de governança das instituições sem fins lucrativos	46
Tabela 12: Estimação da relação entre outras receitas provenientes de doação e as dimensões do índice de governança das instituições	48

LISTA DE SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGISFL – Índice de Governança para Instituições Sem Fins Lucrativos

LN Ativo Total – Logaritmo do Ativo Total

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAI – Public Accountant Index

PIB – Produto Interno Bruto

RIR – Regulamento de Imposto de Renda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEORICO.....	18
2.1 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	18
2.1.1 Histórico.....	18
2.1.2 Forma Jurídica.....	19
2.1.3 Imunidade e isenções	21
2.1.4 Doações	23
2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	25
2.2.1 Mecânica da Governança Corporativa	27
2.2.2 O papel da Contabilidade no contexto de uma estrutura de governança corporativa.....	29
3 METODOLOGIA	32
3.1 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	32
3.2 ANÁLISE DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	34
4 RESULTADOS.....	Erro! Indicador não definido.
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS	56
ANEXO A – PERGUNTAS QUE COMPÕE O IGISFL.....	56

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Diante de cenários conflitantes como desigualdade social, desemprego, fome, as entidades sem fins lucrativos de cunho social integrantes do Terceiro Setor, que não têm como finalidade o lucro, e sim apoio as necessidades básicas, ou seja, fundamentais do ser humano, vêm crescendo nos últimos anos, ressaltando sua importância na sociedade (Carvalho, 2005).

Com a proliferação das instituições sociais e o relevante papel que estas vêm desempenhando, muitos dirigentes estão buscando o aperfeiçoamento de sua estrutura organizacional, para torná-las mais eficientes. Esta procura é exercida pela própria entidade e pela sociedade, que se mostra cada vez mais interessada em fornecer subsídios as organizações que melhor aplicam seus recursos (Guimarães, Pinho e Leal, 2010, p.133).

Diante desses aspectos, a governança corporativa pode auxiliar na transparência das ações das entidades integrantes do Terceiro Setor, além de viabilizar fluxos de recursos.

A obtenção de tais recursos está, cada vez mais, condicionada à forma de gestão, ou seja, é importante que a empresa seja gerida em conformidade aos princípios que caracterizam uma prática adequada de governança corporativa (Correia e Amaral, 2006,p.44).

Segundo Pinto (2008, p.12) “governança corporativa é um tema motivador de muitas discussões sobre a relação existente entre sua prática e efetivo reflexo na atuação de uma empresa”.

Tem-se observado um movimento crescente das organizações pela a adoção de mecanismos de governança corporativa, com o propósito de aprimorar seus processos de gestão, sob a perspectiva de agregação de valor aos negócios, diminuição da expropriação de riqueza de seus shareholders e garantia da profissionalização da gestão, diante de um processo de internacionalização dos mercados (Rezende, Facure e Dalmácio, 2008, p.1).

O Regulamento do Imposto de Renda (RIR)/99 define as entidades como organizações que não apresentam superávits em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

As entidades sem fins lucrativos são mantidas através de recursos financeiros, voluntariados, materiais, imobilizado, oriundos de doações de pessoas físicas ou jurídicas, e benefícios concedidos pelo Estado.

O processo de doação tem início por meio da influência das ferramentas de mídia e do círculo de relacionamentos pessoais (familiares e amigos), exercendo papel relevante ao promover estímulos à percepção do indivíduo de que há causa e entidade que dependem de sua ajuda para promover ações sociais. Dessa forma, tais fatores, aliados a aspectos intrínsecos a cada ser humano, tais como preocupação social e satisfação pessoal, acabariam por incentivá-lo a avaliar a possibilidade de contribuição para uma causa ou entidade específica (Costa, Daré e Veloso, 2004, p.60).

Ainda, Costa, Daré e Veloso (2004, p.58-59) concluíram em sua pesquisa, que o item mais representativo para escolher uma organização para doar, é a transparência de ações e objetivos, sendo que, o principal motivo do não doador é a incerteza com relação ao destino dos recursos e a forma de abordagem das

organizações para requisitar doações. Esses são pontos críticos em seu modelo decisório.

Segundo Mendonça e Filho, (2004, p. 306) “mecanismos de governança para reduzir o conflito de interesses entre doadores e gestores podem ser caracterizados como um típico problema de ação coletiva dos doadores”.

Os autores Mendonça e Filho (2004, p.304) relatam, ainda, que o processo de seleção da organização que receberá recursos indica a preocupação do doador quanto à sua utilização e à maximização dos resultados.

Alicerçado nesse contexto, surge o problema de pesquisa: **Qual a relação entre o nível de governança e as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos?**

Nesse cenário, destaca-se a importância de transparência das entidades para que os doadores confiem e realizem doações a essas entidades. Assim, espera-se que haja uma correlação positiva entre os recursos arrecadados pelas entidades sem fins lucrativos ao longo do período analisado e o nível de governança corporativa.

Esta pesquisa justifica-se, pois, conforme Mendonça e Filho (2004, p. 306) existe a necessidade de aprofundamento do estudo das várias dimensões de Governança Corporativa nas Organizações do Terceiro Setor. Destacam ainda, que o aprofundamento dessa discussão é pertinente do ponto de vista da aplicação prática e visa oferecer subsídios para a melhoria de gestão das Organizações do Terceiro Setor.

Importante notar que os estudos empíricos de métricas de governança no ambiente de instituições sem fins lucrativos são significativamente menores que os estudos sobre empresas com fins lucrativos (Yetman e Yetman, 2011, p.6).

Costa, Daré e Veloso (2004, p.55) afirmam que a grande preocupação dos potenciais doadores recai sobre o nível de confidencialidade da organização. Em suma, o doador busca atestar a confiabilidade da organização.

Segundo Rezende, Facure e Dalmácio (2008, p.2) mencionam que as entidades sem fins lucrativos carecem de referencial teórico que ajude no alinhamento da gestão com os interesses dos *stakeholders*.

Nesse contexto e vislumbrando contribuir para o arcabouço acadêmico esta pesquisa tem como objetivo geral identificar se o nível de aderência das práticas de governança corporativa gera influência sobre os recursos arrecadados pelas entidades sem fins lucrativos.

O Índice de Governança para Entidades Sem Fins Lucrativos - IGISFL será construído por meio de quarenta e três perguntas respondidas com base em análise de relatórios, tais como demonstrações contábeis, notas explicativas, pareceres de auditores independentes, relatórios gerenciais, estatuto social, e *web site*, considerando cinco atributos de governança: Evidenciação, Estrutura do Conselho de Administração, Ética e Conflito de Interesses, Retorno Social e Direitos e Propriedade. Todas as respostas serão binárias – 0 para negativas e 1 para positivas.

De maneira específica, busca-se: (i) investigar se quanto maior o nível de governança maior os recursos arrecadados; (ii) identificar o nível de aderência as práticas de governança corporativa das entidades sem fins lucrativos da nossa amostragem.

Rezende, Facure e Dalmácio (2008, p.5) relatam que pesquisas já constataram que o nível de evidenciação dos clubes de futebol, constituídos como

entidades sem fins lucrativos, está correlacionado ao tamanho econômico dos mesmos e que em virtude de mecanismos coercitivos de *enforcement* (execução), tem-se observado um incremento no volume de informações publicadas. Contudo, a pesquisa concluiu que o nível geral de adoção de práticas de governança corporativa, nos clubes de futebol brasileiros, é extremamente baixo.

Outro estudo que merece destaque é Pinto (2008, p.58) cuja temática foi Governança corporativa e o desempenho das cooperativas de crédito no Brasil. Este estudo concluiu que existe uma relação positiva entre a variável dependente Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e a variável independente Índice de Governança Corporativa (IGOV), bem como a relação positiva entre a variável dependente Retorno sobre o Ativo (ROI) e a variável independente Índice de Governança Corporativa (IGOV). Isso sugere que a governança interfere positivamente na performance econômica da cooperativa indicando que quanto maior for a governança, maior será o retorno do ativo.

Mendonça e Filho (2004, p.307) destacam que as entidades sem fins lucrativos, vêm-se profissionalizando e concorrem por doações escassas, esse assunto terá importância cada vez maior.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

2.1.1 Histórico

A figura da filantropia, abraçada como bandeira pelas organizações sociais, tem origens muito remotas no mundo grego, e quer dizer humanitarismo ou amor à humanidade (França, 2008, p.17).

As entidades têm por objetivos o bem público ou de determinado grupo de pessoas, que desenvolvem atividades nos campos da assistência social, saúde, educação, cidadania, cultura e lazer, visando auxiliar o Estado em seu fim institucional, melhorias na qualidade de vida e otimização de recursos, provocando, dessa forma, mudanças na sociedade e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de doações: financeiras, materiais, tecnológicas e de recursos humanos, mensalidades, subvenções, e convênios com entidades públicas e privadas, não podendo, de forma alguma, seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes receber qualquer remuneração, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (Lima, 2008, p. 15).

As entidades que formam o Terceiro Setor não são simplesmente sem fins lucrativos, é necessário que as entidades uma série de requisitos, como o seu objetivo e finalidade, que devem ser social, cultural e moral, além de não visarem o lucro (Guimarães, Pinho e Leal, 2010, p.135).

A Resolução CFC N.º 877/2000, menciona que as referidas entidades:

Exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnica – científica, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas, e interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum e comunitária.

Assim, essas entidades sem fins lucrativos possuem autonomia e administração própria, atuam por meio de promoção social e não distribuem lucros.

França (2008, p.23) apresenta as características destas entidades que compõem o denominado Terceiro Setor, que são elas:

- i. Promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- ii. Manutenção de finalidades não-lucrativas;
- iii. Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- iv. Atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- v. Aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- vi. Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

2.1.2 Forma Jurídica

No Brasil, as entidades sem fins lucrativos podem ser constituídas de duas formas jurídicas: fundação e associação.

O Novo Código Civil – Lei nº 10.406, de 10.01.2002, em seus artigos 53 e 62, disciplina as formas de constituição da associação e fundação. A primeira é constituída pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos e, a segunda, o fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

O diferencial entre fundação e associação é a existência de precedência de

capital, sendo que a fundação inicia com capital enquanto a associação não.

Para Mendonça e Filho (2004, p.305) aponta que com a introdução da Lei 9.790/99 das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ocorreu um grande avanço no marco regulatório do Terceiro Setor, pois essa lei prioriza a transparência e valoriza o papel do Conselho Fiscal, das auditorias externas e da adoção de práticas administrativas que visam coibir o conflito de interesse.

A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro de 1942, em seu artigo 11, refere-se às entidades sem fins lucrativos como “organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem”.

Semelhantemente, a Resolução CFC N.º 877/2000 define as entidades sem fins de lucro como aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit e déficit.

As Entidades de Interesse Social que atuam em benefício da sociedade, sem a finalidade de lucro, têm uma função social da mais alta relevância. Suas atividades são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado. Ocorre que o Estado não consegue desempenhar seu papel social de maneira satisfatória. Daí, a sociedade se organiza em associações e fundações, buscando, ao menos, amenizar a inoperância do Estado. Muito ainda precisa ser feito, mas a sociedade organizada tem desempenhado um papel da mais alta importância social (França, 2008, p. 37).

Ainda França (2008) explica que o Poder Público concede benefícios como:

imunidade, isenção de tributos, concessão de títulos de utilidade pública, registro e certificado nos conselhos de assistência social e sociedade civil de interesse público.

Dentre os parceiros, o Estado com as suas limitações e a precariedade das fontes de recursos não é suficientemente capaz de financiar todas as iniciativas do Terceiro Setor. As parcerias com a comunidade empresarial que tem em sua estrutura um espaço para o desenvolvimento e prática de sua responsabilidade social hoje representam uma importante alternativa. Por outro lado, a população brasileira, que vivencia as mudanças globais e a cada dia mais se conscientiza da necessidade de equilíbrio começa a exigir das organizações do terceiro setor maior clareza em suas ações, prestação de contas com demonstrativos de impacto social e resultados alcançados pelo desenvolvimento das tarefas sociais empreendidas (Carvalho, 2005, p.24).

Para Cavicchioli e Gomes (2001) essas entidades passam a cumprir as exigências do Estado com intuito de pleitear o financiamento do Estado ou da esfera privada para cumprimentos dos objetivos.

2.1.3 Imunidade e isenções

França (2008, p. 37) cita que a imunidade decorre de norma constitucional, que impõe vedações de diversas naturezas ao Poder Público, no que diz respeito à instituição, majoração, tratamento desigual, cobrança de tributos, entre outras.

Os principais benefícios concedidos pelo Poder Público às entidades são a imunidade e a isenção de impostos e contribuições e a possibilidade do recebimento de recursos públicos, por meio de convênios, contratos, subvenções sociais e termos de parceria (França, 2008, p.37).

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 150, Seção II, Das Limitações do Poder de Tributar, inciso VI:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Os impostos abrangidos pela imunidade são aqueles relativos ao patrimônio, renda e serviços das fundações e associações que se enquadram nas regras já comentadas acima. Como nosso País é constituído sob a forma de federação, a cada esfera de Governo (federal, estadual e municipal) foi dada a competência tributária para cada imposto. Assim, existem impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios (França, 2008, p.39).

Demonstramos a seguir os impostos alcançados pela imunidade tributária:

Descrição	Sigla	Competência
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	IR	Federal
Imposto sobre Produtos Industrializados	IPI	Federal
Imposto Territorial Rural	ITR	Federal
Imposto sobre Importação	II	Federal
Imposto sobre Exportação	IE	Federal
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS	Estadual
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	IPVA	Estadual
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos	ITCD	Estadual
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana	IPTU	Municipal
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	ISS	Municipal
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis	ITBI	Municipal

Quadro 1: Imunidade tributária

Fonte: França (2008, p.39)

Nota: Adaptado pela autora

Por outro lado a isenção pode ser compreendida como inexigibilidade temporária do tributo.

De acordo com o art. 209 do Decreto nº 3.048, de 6/5/1999, a entidade que for beneficiada com a isenção da contribuição patronal é obrigada a apresentar, anualmente, até o dia 30 de abril, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior.

A Resolução CFC 926/2001 dispõe que “as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas Receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados”.

Organizações sem fins lucrativos são beneficiadas com uma variedade de incentivos fiscais, tais como renda, propriedade e isenções de impostos. Além disso, os doadores podem reduzir seus rendimentos tributáveis pelos montantes de suas doações. Em troca desses benefícios substanciais, as organizações sem fins lucrativos, são responsáveis perante o público, que são, por consequência, os financiadores desses benefícios fiscais (Yetman e Yetman, 2001, p.2).

2.1.4 Doações

Segundo Facin e Lima (2011, p.7) a captação de recursos é um dos grandes desafios na gestão do terceiro setor. Por isso, aqueles que melhor atendem às necessidades dos doadores, com informações confiáveis, terão maior probabilidade de captação.

As Entidades recebem diferentes tipos de doações como dinheiro, gêneros alimentícios, imobilizado, serviços por intermédio de voluntários, roupas, medicamentos, material escolar, material de limpeza, entre outras.

França (2008, p.61) expõe que as doações são para muitas entidades a mais

importante fonte de recursos e as define como:

Uma transferência ou uma promessa de transferência de dinheiro ou outros ativos para uma entidade, ou um cancelamento de um passivo, sem a necessidade de uma contrapartida. Uma doação pode ser condicional ou incondicional: *incondicional*, quando o doador não impõe nenhuma condição a ser cumprida pela entidade; *condicional*, sujeita ao cumprimento de certas obrigações por parte da entidade donatária.

Já o Código Civil Brasileiro de 2002, artigo 538 considera doação como o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio, bens ou vantagens para o patrimônio de outra.

Guimarães, Pinho e Leal (2010, P.145) comentam que “as fontes de financiamentos das entidades do Terceiro Setor são variadas e que poucas são as organizações sem fins lucrativos autossustentáveis”.

Para busca de mobilização de recursos, as instituições do terceiro setor necessitam emergencialmente de maior profissionalismo e seriedade em suas ações. As entidades hoje são cobradas diretamente por seus resultados e prestação de contas (Carvalho, 2005, p. 24).

Segundo Mendonça e Filho (2004, p.305) afirmam que “o mercado de doações, o qual se baseia na liberdade dos doadores para direcionar seus recursos à organização que escolherem”.

Após a realização da doação, o indivíduo avalia os resultados de sua ação, buscando dois tipos de informações para alicerçar suas percepções: busca ativa, na qual o doador procura a entidade para obter maiores informações sobre o desempenho alcançado com os recursos doados; ou busca passiva, utilizando-se das divulgações das atividades da organização na mídia (jornais, revistas web sites, etc.) (Costa, Daré e Veloso, 2004, p.60).

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para Silveira (2004), como tentativa de minimizar os custos decorrentes do problema de agência, encontra-se a Governança Corporativa, que corresponde a uma ampla área de pesquisa envolvendo finanças, economia, direito e contabilidade.

O problema de agência dos gestores, por sua vez, representa o potencial de expropriação da riqueza dos investidores pelos gestores em uma situação de separação entre propriedade e controle, ou potencial de expropriação da riqueza dos acionistas minoritários pelos acionistas controladores em uma situação na qual os controladores exercem poder quase total sobre os gestores (Silveira, 2004).

Jensen e Meckling (1976) desenvolveram a teoria de relacionamento de agência em que definem tal relação como um contrato “sobre o qual uma ou mais pessoas (Principais) emprega outra pessoa (Agente) para executar algum serviço em favor deles”.



Figura 1: Relação de agência
 Fonte: Dalmácio *et al* (2005, p.2)
 Nota: Adaptada pela autora

Conforme Saito e Silveira (2008, p.79) o trabalho de Jensen e Meckling (1976) é considerado seminal na linha de pesquisa em governança corporativa, já que apresenta as seguintes contribuições:

- (i) Criação de uma teoria de estrutura de propriedade das companhias baseada nos inevitáveis conflitos de interesse individuais e com predições testáveis empiricamente;

- (ii) Definição de um novo conceito de custos de agência, mostrando sua relação com a separação entre propriedade e controle presente nas empresas; e
- iii) Elaboração de uma nova definição da firma, descrevendo-a como uma mera ficção legal que serve como um ponto de ligação (*nexus*) para um conjunto de relacionamentos contratuais entre os indivíduos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBCG (2009, p.19) a governança corporativa:

É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

Segundo Rossetti e Andrade (2006) a governança corporativa é um conjunto de princípios, propósitos, processo e práticas que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das empresas, abrangendo os propósitos dos proprietários, o sistema de relações proprietários-conselho-direção, a maximização do retorno total dos proprietários, minimizando oportunismos conflitantes com esse fim. Conforme os autores há uma grande diversidade de conceitos para governança corporativa que variam de acordo com abordagens específicas quais sejam, (i) governança como guardião de direitos; (ii) governança como sistema de relações; (iii) governança como estrutura de poder e (iv) governança como sistema normativo.

Tais abordagens podem ser sumarizadas no quadro abaixo:

DA DIVERSIDADE À SÍNTESE	EXPRESSÕES-CHAVE E CONCEITOS ALTERNATIVOS	
Abrangência e diversidade das categorias conceituais	Valores	Sistema de valores que rege as corporações, em suas relações internas e externas.
	Direitos	Sistemas de gestão que visam preservar e maximizar o máximo retorno total de longo prazo dos proprietários, assegurando tratamento equânime aos minoritários.

DA DIVERSIDADE À SÍNTESE	EXPRESSÕES-CHAVE E CONCEITOS ALTERNATIVOS	
	Relações	Práticas de relacionamento entre acionistas, conselhos e direção executiva, objetivando maximizar o desempenho da organização.
	Governo	Sistema de governo, gestão e controle das empresas que disciplina suas relações com todas as partes interessadas em seu desempenho.
	Poder	Sistema e estrutura de poder que envolve a definição estratégica, as operações, a geração de valor e a destinação dos resultados.
	Normas	Conjunto de instrumentos, derivados de estatutos legais e de regulamentos que objetiva a excelência da gestão e a observância dos direitos de <i>stakeholders</i> que são afetados pelas decisões dos gestores.

Quadro 2: Conceitos de governança corporativa: uma tentativa de síntese

Fonte: de Rossetti e Andrade (2006)

Nota: Adaptado pela autora.

O conceito de Governança Corporativa pode ser muito útil como ferramenta para colaborar no processo de gestão da organização com ênfase nas finalidades administrativas a serem trabalhadas de forma que possam conduzir os resultados da organização para o sucesso (Carvalho, 2005, p.23).

Para Jegers (2009, p. 144) o uso da palavra “Corporativa” em “Governança Corporativa” não se restringe somente às empresas com fins lucrativos, mas abrange também as instituições sem fins lucrativos.

2.2.1 Mecânica da Governança Corporativa

Conceitualmente, governança corporativa está ligada diretamente aos mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro de uma empresa.

Segundo IBGC (2010, p.8) os princípios e práticas da boa Governança Corporativa vêm se consolidando como instrumentos para alavancar e impactar positivamente os resultados em qualquer tipo de organização, independentemente do seu porte ou natureza jurídica; seja ela uma instituição pública, empresarial ou integrante do terceiro setor.

Malacrida e Yamamoto (2006, p.68) contextualizam a Governança Corporativa em um ambiente onde a segregação da gestão e o controle provocam conflitos nas relações entre acionistas, investidores e demais partes relacionadas. Descrevem ainda que:

A governança corporativa utiliza os principais conceitos relacionados à Contabilidade, tais como: transparência (*disclosure*), equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (sustentabilidade) para explicar e solucionar os conflitos existentes entre os interesses dos *stakeholders*.

Malacrida e Yamamoto (2006, p.69) acrescentam "... que evidênciação e transparência constituem-se em um dos principais pilares da governança corporativa, de grande destaque em todas as reflexões sobre o assunto e também presente na maioria dos códigos existentes na atualidade".

Para Terra e Lima (2006) a proteção aos minoritários é uma questão central para a governança corporativa, uma vez que o efetivo desenvolvimento do mercado de capitais e os financiamentos de novos projetos das empresas deveriam, em tese, ter no acionista minoritário uma alternativa acessível de captação de recursos.

Segundo Rossetti e Andrade (2006, p.380) não existe um modelo único e universal de governança corporativa, pois a diversidade cultural e institucional das nações estabelecem vários fatores de diferenciação da governança. Para os autores, existem nítidas diferenças entre os modelos anglo-saxão, alemão, japonês, dos países emergentes da Ásia, dos latino-americanos.

2.2.2 O papel da Contabilidade no contexto de uma estrutura de governança corporativa

De acordo com o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (2008) o objetivo das demonstrações contábeis é “fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.” Ademais, tais demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da Administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Aqueles usuários que desejam avaliar a atuação ou prestação de contas da Administração fazem-no com a finalidade de estar em condições de tomar decisões econômicas que podem incluir, por exemplo, manter ou vender seus investimentos na entidade ou reeleger ou substituir a Administração (CPC, 2008).

Hendricksen e Breda (1999, p. 139), destacam a importância da contabilidade no fornecimento de informação após a ocorrência de um evento, ao qual chamaram de papel pós-decisório.

Este papel é frequentemente associado à função de custódia da contabilidade, na qual um agente informa o principal a respeito dos eventos do período passado. É isso que dá a contabilidade seu valor como *feedback*, além de seu valor preditivo.

Para Bushman e Smith (2001, p.294) a contabilidade pode ser considerada como uma fonte direta de informação sobre oportunidades de investimentos. Por exemplo, os gestores podem identificar novas oportunidades de investimento promissoras com base nas elevadas margens de lucro relatado por outras empresas. Ao divulgar dados quantitativos sobre a posição financeira e desempenho

das empresas, os sistemas de contabilidade financeira dão uma contribuição direta para controle corporativo, bem como para a informação contida nos preços das ações.

Outra utilidade da informação contábil, segundo Lanzana (2004), seria a redução da assimetria informacional entre os investidores reduzindo a seleção adversa e o risco de liquidez.

Rezende, Facure e Dalmácio (2008, p.2) expõem que as práticas de governança corporativa e seus fundamentos podem auxiliar o processo de quebra de assimetria informacional nas sociedades sem fins lucrativos.

Segundo Lanzana (2004), a assimetria informacional deriva de informações conflitantes entre empreendedores e investidores. Supondo uma economia em que 50% das propostas de investimento são viáveis e 50% inviáveis, encontraremos investidores e empreendedores avaliando tais investimentos com base na informação disponível. Sabendo que os investidores terão dificuldades de avaliar propostas viáveis das inviáveis, os empreendedores de propostas ruins tentarão precificar seus projetos nas mesmas bases daqueles empreendedores com propostas viáveis. Os investidores por sua vez, tendem a avaliar todas as propostas por um preço médio, subestimando propostas viáveis em detrimento de projetos inviáveis.

Segundo Sato (2007, p.55):

A informação é naturalmente assimétrica entre agentes e principais e que, quando os conflitos de interesse existem, agentes e principais podem fazer uso de informações exclusivas e do poder de coerção para influenciar contratos que estejam demasiadamente favoráveis a uma determinada parte.

A assimetria de informações pode ser definida como imperfeição das

informações e dos conhecimentos possuídos, simultaneamente, pelo agente e pelo principal ocasionando divergência entre eles.

Dessa forma, Lanzana (2004) conclui que uma das formas para as empresas reduzirem a assimetria informacional seria:

A companhia se comprometer, no momento da emissão (ações), em uma política de alto nível de *disclosure* (adotar normas contábeis mais transparentes, determinar regras de transações comerciais, listar ações em mercados com grandes coberturas de analistas, dentre outros).

Para Silveira (2004) o objetivo maior dos estudos sobre governança corporativa é verificar se a qualidade da mesma é relevante para o desempenho corporativo.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para elaboração do Índice de Governança para Instituições Sem Fins Lucrativos (IGISFL) seguiram o padrão proposto por Resende, Facure e Dalmácio (2008), que, por sua vez, utilizam-se dos padrões propostos por Coy e Dixon (2004), Silveira (2004), Leal e Carvalhal-da-Silva (2005), Lopes e Walker (2008) e no modelo de práticas de governança corporativa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2004).

A amostra compreende todas as instituições sem fins lucrativos que recebem recursos de uma organização internacional, através de repasse de doações recebidas pela mesma.

As instituições pesquisadas possuem sistema de governança corporativa independente. Estas instituições estão localizadas nas regiões Sudeste (36 em 1 estado) e Nordeste (59 em 3 estados), totalizando 95 instituições pesquisadas.

Segundo Resende, Facure e Dalmácio (2008, p.6), a estrutura metodologia proposta por Coy e Dixon (2004) compreende um índice denominado de PAI (*Public Accountant Index*).

Nesta pesquisa os doadores, tanto pessoa física, quanto jurídica, são considerados os *Stakeholders* das outras receitas.

3.1 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Primeiramente, será adaptado questionário utilizado por Rezende, Facure e Dalmácio (2008, p. 8) e Funchal, Galdi e Lopes (2008, p.259) para formação do

IGISFL.

O Índice de Governança Corporativa – IGISFL tem a finalidade de medir o nível de governança adotado por essas entidades. Este é composto de questões objetivas, respondidas por meio de análises documentais, que resultam em respostas binárias (0 e 1 para respostas negativas e positivas, respectivamente).

Para mensurar o peso de cada questão, foi utilizado o mesmo critério de Rezende, Facure e Dalmácio (2008). Quanto maior o número de questões em uma dimensão, menor seria o peso individual de cada questão, sendo o peso obtido por meio da equação abaixo:

$$PD = \frac{NQD}{TQ(IGISFL)} \quad (1)$$

Sendo que:

PD representa o peso por dimensão;

NQD representa o número de questões por dimensão do IGISFL; e

TQ (IGISFL) refere-se ao total de questões do IGISFL.

O índice de governança será composto por 5 (cinco) dimensões que são: Evidenciação, Estrutura do Conselho de Administração, Ética e Conflito de Interesses, Retorno Social e Direitos e Propriedade.

Assim, considerando o critério utilizado para atribuir os pesos às dimensões, a distribuição dos pesos se deu da seguinte forma: Evidenciação (peso 2); Estrutura do Conselho de Administração (peso 4); Ética e Conflito de Interesses (peso 14); Retorno Social (peso 5) e Direitos e Propriedade (peso 22). O exemplo abaixo ilustra a maneira pela qual os pesos foram encontrados:

$$PD(\text{Evidenciação}) = \frac{NQD}{TQ(IGISFL)} = \frac{19}{43} = 0,44 = \frac{1}{0,44} = 2,26 \approx 2 \text{ (peso)} \quad (2)$$

O objetivo de se considerar os pesos das dimensões é extrair o viés daquelas que abrangem um maior número de questões. As perguntas que compõem o IGISFL estão demonstradas no Anexo A.

3.2 ANÁLISE DO PROBLEMA DE PESQUISA

Pretende-se com essa seção elucidar metodologia empregada na análise do seguinte problema de pesquisa: “Qual a relação entre nível de governança e as doações recebidas pelas instituições sem fins lucrativos?”

Compõem a amostra utilizada no presente trabalho entidades sem fins lucrativos, presentes nos estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Foram coletados dados anuais para o período compreendido entre os anos de 2005 a 2009, conforme base de dados disponibilizada.

As doações recebidas pelas entidades são registradas na rubrica Receitas, sendo esta composta por: Receita Mantenedora, Receita Subvenção, Receita Não Operacional e Outras Receitas, sendo a última proveniente de doações de terceiros (pessoas físicas e jurídicas), que nasce do desejo, vontade, do doador, em realizar uma doação.

A análise desta pesquisa recai sobre as Outras Receitas, provindas de doações de terceiros, já que as Receitas da Mantenedora e de Subvenções podem gerar a possibilidade de viés, uma vez que estas possuem regras próprias, tanto da Organização Internacional (mantenedora), quanto do Governo e suas esferas.

A busca de indícios que evidenciem a existência de alguma relação entre

IGISFL e as Outras Receitas das entidades iniciam-se com uma análise exploratória dos dados. De posse dos valores referentes a medidas de posição e de dispersão, pode-se analisar, ao longo do período, o comportamento médio das variáveis de interesse. Caso o padrão de comportamento das Outras Receitas siga, em alguma medida, o que se observava com a média do IGISFL imagina-se ser positiva a resposta ao problema de pesquisa. Evidentemente, outras variáveis relevantes, que não só as de interesse, também são analisadas de modo que se possa mapear a existência de similaridades entre elas, o IGISFL e as Outras Receitas.

Na tentativa de demonstrar a existência de associação linear entre as variáveis, verificou-se também o coeficiente de correlação, que apesar de não permitir que se realizem inferências a partir de seu resultado, já apresenta um indicativo de se a relação é positiva, negativa ou nula para as variáveis.

A forma mais conclusiva de se testar a influência do IGISFL sobre as Outras Receitas das entidades é a estimação de uma regressão que permita, de posse dos coeficientes estimados, que sejam realizados testes de hipótese sobre eles e assim concluir sobre a validade da relação estimada.

Supondo linearidade na relação existente entre Outras Receitas e IGISFL, a regressão estimada pode ser apresentada como:

$$Outr_Rec_{it} = \beta_0 + \beta_1 IGISFL_{it} + \beta_n X_n + u_{it} \quad (3)$$

Onde:

$Outr_Rec_{it}$ = Outras Receitas da entidade i no período t ,

$IGISFL_{it}$ = Índice de governança de instituições sem fins lucrativos da entidade i no período t ,

X_n = Variáveis de controle, utilizadas modo a mitigar possível viés de variável omitida da regressão;

u_{it} = Termo de erro aleatório.

Como variáveis de controle considerou-se o logaritmo do ativo total, o resultado anual (Superávit/Déficit), as Receitas provenientes de subvenção, uma *dummy* para captar se a entidade é dependente da mantenedora, a Receita repassada pela mantenedora, *dummy* para região (Sudeste ou Nordeste), a taxa de pobreza da do estado a que a entidade pertence, a distância da entidade até o centro da capital, ano (2005 a 2009), PIB *per capita* (2005 a 2009). Cabe destacar que todas as variáveis relativas à Receita da entidade foram padronizadas pelo ativo total.

Caso seja assegurada a hipótese de exogeneidade, isto é, $cov(X, u) = 0$ espera-se que as estimativas encontradas sejam não viesadas.

O sinal e a significância do coeficiente estimado para β_1 torna-se o alvo da análise. A confirmação da proposição de que há uma influência positiva do IGISFL nas outras Receitas com doações das entidades será alcançada caso β_1 estimado seja positivo e significativo. Sinal negativo, ou coeficiente não significativo fornecem evidências de negação da relação enunciada.

Capítulo 4

4 DADOS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Na construção do Índice de Governança, observa-se que o *score* máximo possível de ser obtido por uma entidade é 208. Cabe destacar que dentre as entidades pesquisadas 91% delas apresentam *score* menor que a metade do *score* máximo, evidenciando baixo nível de governança das instituições.

A tabela abaixo apresenta estatísticas descritivas para a amostra:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS – ANO 2005

Variáveis	No. Obs	Média	Desvio Pad.	Min	Max
Índice IGISFL	95	87,68	11,08	51,00	132,00
Receita Total	95	446.282,90	213.137,50	131.319,00	1.339.203,00
Receita Mantenedora	95	337.674,70	153.923,50	69.421,00	980.996,00
Receitas Subvenção	95	63.650,72	100.160,90	0,00	467.611,00
Receitas Não Operacionais	95	1.478,78	8.970,04	0,00	86.356,00
Outras Receitas	95	43.478,77	61.192,56	0,00	332.119,00
Ativo Total	95	234.474,30	405.128,70	24.935,00	3.059.327,00
Superavit-Deficit	95	-15.224,36	31.630,54	-114.137,00	100.293,00
Dependência Mantenedora	95	0,93	0,26	0,00	1,00
Região (NE/SE)	95	0,62	0,49	0,00	1,00
Taxa Pobreza	95	39,90	15,80	19,80	55,40
PIB <i>per Capita</i>	95	5.883,66	4.808,21	1.899,34	37.416,37
Distância Centro (em KM)	95	220,28	218,83	3,60	676,00
Evidenciação	95	13,16	2,52	6,00	20,00
Estrutura e Funcionamento	95	15,33	3,23	8,00	28,00
Ética e Conflito de Interesse	95	11,20	5,63	0,00	14,00
Retorno Social	95	24,21	4,33	15,00	35,00
Direitos e Propriedade	95	23,79	6,75	0,00	44,00

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: **Receita Total**: representada pela soma de todas as receitas recebidas pelas instituições sem fins lucrativos como: Receita Mantenedora, Receitas de Subvenção, Receitas não Operacionais e Outras Receitas; **Receita Mantenedora**: representada por receita recebidas da Instituição Mantenedora para custodiar as atividades sociais da Instituição Mantida. **Receitas de Subvenção**: representada por valores recebidos de organizações governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Estado, etc; **Receitas Não Operacionais**: referem-se basicamente de rendimentos financeiros, ganhos na venda de ativos. **Outras Receitas**: representada por doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas.

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS – ANO 2006

Variáveis	No. Obs	Média	Desvio Pad.	Min	Max
Índice IGISFL	95	88,08	10,68	51,00	139,00
Receita Total	95	377.563,40	216.481,20	89.548,00	1.458.411,00
Receita Mantenedora	95	246.940,00	109.892,50	44.280,00	723.406,00
Receitas Subvenção	95	75.439,65	114.897,70	0,00	472.378,00
Receitas Não Operacionais	95	2.235,85	8.263,64	0,00	75.298,00
Outras Receitas	95	52.947,91	98.567,38	0,00	799.791,00
Ativo Total	95	244.070,40	407.645,50	9.898,00	3.061.862,00
Superavit-Deficit	95	-6.162,47	21.129,99	-81.591,00	42.024,00
Dependência Mantenedora	95	0,91	0,29	0,00	1,00
Região (NE/SE)	95	0,62	0,49	0,00	1,00
Taxa Pobreza	95	34,98	14,71	16,27	49,98
PIB per Capita	95	6.877,64	5.632,87	2.096,43	46.208,96
Distância Centro (em KM)	95	220,28	218,83	3,60	676,00
Evidenciação	95	13,66	2,40	8,00	22,00
Estrutura e Funcionamento	95	15,24	3,21	8,00	28,00
Ética e Conflito de Interesse	95	11,20	5,63	0,00	14,00
Retorno Social	95	24,19	5,10	6,00	35,00
Direitos e Propriedade	95	23,79	6,75	0,00	44,00

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: **Receita Total:** representada pela soma de todas as receitas recebidas pelas instituições sem fins lucrativos como: Receita Mantenedora, Receitas de Subvenção, Receitas não Operacionais e Outras Receitas; **Receita Mantenedora:** representada por receita recebidas da Instituição Mantenedora para custodiar as .atividades sociais da Instituição Mantida. **Receitas de Subvenção:** representada por valores recebidos de organizações governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Estado, etc; **Receitas Não Operacionais:** referem-se basicamente de rendimentos financeiros, ganhos na venda de ativos. **Outras Receitas:** representada por doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas.

TABELA 3: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS – ANO 2007

Variáveis	No. Obs	Média	Desvio Pad.	Min	Max
Índice IGISFL	95	87,09	12,18	51,00	139,00
Receita Total	95	385.043,50	228.284,20	83.121,00	1.282.416,00
Receita Mantenedora	95	232.188,10	101.861,40	40.272,00	696.035,00
Receitas Subvenção	95	99.319,02	158.966,10	0,00	735.395,00
Receitas Não Operacionais	95	2.316,84	8.177,58	0,00	62.054,00
Outras Receitas	95	51.219,57	74.378,42	87,00	428.527,00
Ativo Total	95	245.537,70	405.467,30	5.827,00	3.001.184,00
Superavit-Deficit	95	-10.303,08	29.060,83	-106.196,00	97.188,00
Dependência Mantenedora	95	0,88	0,32	0,00	1,00
Região (NE/SE)	95	0,62	0,49	0,00	1,00
Taxa Pobreza	95	34,11	15,46	14,45	46,23
PIB per Capita	95	7.796,84	6.501,49	2.364,43	51.883,08
Distância Centro (em KM)	95	220,28	218,83	3,60	676,00
Evidenciação	95	14,04	2,28	10,00	22,00
Estrutura e Funcionamento	95	15,24	3,21	8,00	28,00
Ética e Conflito de Interesse	95	9,43	6,60	0,00	14,00
Retorno Social	95	24,59	5,05	6,00	35,00
Direitos e Propriedade	95	23,79	6,75	0,00	44,00

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: **Receita Total:** representada pela soma de todas as receitas recebidas pelas instituições sem fins lucrativos como: Receita Mantenedora, Receitas de Subvenção, Receitas não Operacionais e Outras Receitas; **Receita Mantenedora:** representada por receita recebidas da Instituição Mantenedora para custodiar as .atividades sociais da Instituição Mantida. **Receitas de Subvenção:** representada por valores recebidos de organizações governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Estado, etc; **Receitas Não Operacionais:** referem-se basicamente de rendimentos financeiros, ganhos na venda de ativos. **Outras Receitas:** representada por doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas.

TABELA 4: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS – ANO 2008

Variáveis	No. Obs	Média	Desvio Pad.	Min	Max
Índice IGISFL	95	91,43	11,89	52,00	139,00
Receita Total	95	380.721,00	223.554,20	78.237,00	1.234.418,00
Receita Mantenedora	95	211.959,60	92.332,56	36.678,00	641.937,00
Receitas Subvenção	95	113.824,40	174.435,80	0,00	764.785,00
Receitas Não Operacionais	95	2.481,57	8.580,29	0,00	58.702,00
Outras Receitas	95	52.455,39	67.336,96	0,00	394.360,00
Ativo Total	95	209.061,10	391.270,80	13.937,00	2.898.143,00
Superavit-Deficit	95	9.734,10	39.323,15	-103.100,00	256.077,00
Dependência Mantenedora	95	0,82	0,39	0,00	1,00
Região (NE/SE)	95	0,62	0,49	0,00	1,00
Taxa Pobreza	95	29,30	12,81	13,02	45,11
PIB per Capita	95	8.794,48	7.207,93	2.913,69	58.938,14
Distância Centro (em KM)	95	220,28	218,83	3,60	676,00
Evidenciação	95	14,87	2,04	10,00	20,00
Estrutura e Funcionamento	95	15,33	3,23	8,00	28,00
Ética e Conflito de Interesse	95	12,38	4,50	0,00	14,00
Retorno Social	95	25,06	5,14	6,00	35,00
Direitos e Propriedade	95	23,79	6,75	0,00	44,00

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: **Receita Total**: representada pela soma de todas as receitas recebidas pelas instituições sem fins lucrativos como: Receita Mantenedora, Receitas de Subvenção, Receitas não Operacionais e Outras Receitas; **Receita Mantenedora**: representada por receita recebidas da Instituição Mantenedora para custodiar as .atividades sociais da Instituição Mantida. **Receitas de Subvenção**: representada por valores recebidos de organizações governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Estado, etc; **Receitas Não Operacionais**: referem-se basicamente de rendimentos financeiros, ganhos na venda de ativos. **Outras Receitas**: representada por doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas.

TABELA 5: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS – ANO 2009

Variáveis	No. Obs	Média	Desvio Pad.	Min	Max
Índice IGISFL	95	92,89	11,21	56,00	139,00
Receita Total	95	390.249,90	231.130,30	77.014,00	1.297.264,00
Receita Mantenedora	95	210.297,30	96.880,14	29.291,00	659.410,00
Receitas Subvenção	95	114.954,90	177.334,70	0,00	771.212,00
Receitas Não Operacionais	95	4.101,20	16.098,53	0,00	143.849,00
Outras Receitas	95	60.896,56	78.052,07	0,00	478.655,00
Ativo Total	95	175.789,10	313.830,10	11.930,00	2.795.786,00
Superavit-Deficit	95	-4.430,27	41.553,47	-146.840,00	154.426,00
Dependência Mantenedora	95	0,80	0,40	0,00	1,00
Região (NE/SE)	95	0,62	0,49	0,00	1,00
Taxa Pobreza	95	27,36	12,04	12,05	42,24
PIB per Capita	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Distância Centro (em KM)	95	220,28	218,83	3,60	676,00
Evidenciação	95	14,98	2,16	10,00	24,00
Estrutura e Funcionamento	95	15,41	3,40	8,00	28,00
Ética e Conflito de Interesse	95	13,71	2,02	0,00	14,00
Retorno Social	95	25,01	5,06	6,00	35,00
Direitos e Propriedade	95	23,79	6,75	0,00	44,00

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: **Receita Total**: representada pela soma de todas as receitas recebidas pelas instituições sem fins lucrativos como: Receita Mantenedora, Receitas de Subvenção, Receitas não Operacionais e Outras Receitas; **Receita Mantenedora**: representada por receita recebidas da Instituição Mantenedora para custodiar as .atividades sociais da Instituição Mantida. **Receitas de Subvenção**: representada por valores recebidos de organizações governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Estado, etc; **Receitas Não Operacionais**: referem-se basicamente de rendimentos financeiros, ganhos na venda de ativos. **Outras Receitas**: representada por doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas.

Observa-se crescimento de Outras Receitas médias ao longo do período analisado de 2007 até 2009. (excluindo-se o ano de 2007). Já as Receitas da Mantenedora apresentam, em média, uma queda, de R\$337.674 para R\$210.297, perfazendo uma redução em média de R\$127.377 (38% em média da Receita da Mantenedora de 2005).

Por outro lado, as Receitas de Subvenções e Receitas Não Operacionais, em média, apresentou elevação de 2005 até 2009, onde a primeira cresceu em média de R\$63.651 para R\$114.954 (81% em média da Receita de Subvenção em 2005), a segunda aumentou em média de R\$1.479 para R\$4.101 (177% em média da Receita de Subvenção em 2005).

A taxa de pobreza média decresce ao longo do período.

A média do IGISFL apresenta maior valor no ano de 2009 (92,89) e o menor valor no ano de 2007 (87,09), isso indica que o nível de práticas de governança corporativa foi crescendo ao longo dos períodos analisados, sendo o ano de 2009 o ano que obteve em média o melhor índice, o mesmo aconteceu com a variável Outras Receitas.

O ano de 2009 foi aquele em que as entidades apresentaram melhores indicadores para as dimensões Evidenciação, Estrutura e Funcionamento, Ética e Conflito de Interesse que controlam o IGISFL.

A dimensão Retorno Social apresentou a maior média durante todos os anos analisados em relação às outras dimensões.

Observa-se que da Receita Total das entidades, a maior parte é composta por Receitas da mantenedora. As Outras Receitas que em 2005 representam aproximadamente 10% da Receita Total ganha participação ao longo do tempo,

indicando maiores doações às entidades pesquisadas.

O percentual de entidades que apresentam dependência da mantenedora é decrescente ao longo do período de análise indicando busca crescente de outras fontes de recursos.

Em 2005 e 2006, aproximadamente 90% das entidades apresentavam relação de dependência com a mantenedora. No último ano analisado, este valor chega a 80 pontos percentuais.

Apesar disso, a composição das Receitas vem se alterando entre os anos de 2005 a 2009. Observa-se que a participação das Outras Receitas é crescente partindo de 9,74% do total em 2005 alcançando 15,60% no final do período. Em contra partida, a Receita da Mantenedora parte de 75,66% em 2005 chegando a 53,89% em 2009, conforme tabela abaixo.

TABELA 6: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

Ano	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	% Relativo								
Outras Receitas	4.130.483,00	9,74%	5.030.051,00	14,02%	4.865.859,00	13,30%	4.983.262,00	13,78%	5.785.173,00	15,60%
Receita Mantenedora	32.079.094,00	75,66%	23.459.296,00	65,40%	22.057.865,00	60,30%	20.136.162,00	55,67%	19.978.241,64	53,89%
Receita Subvenção	6.046.818,00	14,26%	7.166.767,00	19,98%	9.435.307,00	25,79%	10.813.322,00	29,90%	10.920.712,00	29,46%
Receita Não-Operacionais	140.484,00	0,33%	212.406,00	0,59%	220.100,00	0,60%	235.749,00	0,65%	389.614,00	1,05%
Total	42.396.879,00	100%	35.868.520,00	100%	36.579.131,00	100%	36.168.495,00	100%	37.073.740,64	100%

Fonte: Elaborado pela autora

A amostra foi segregada em regiões de forma a analisar o comportamento das Outras Receitas e IGISFL separadamente por região – Sudeste (Minas Gerais) e Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco), visto que, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentado pela região Sudeste é maior que o da região Nordeste podendo impactar na decisão do doador.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR REGIÃO

Sigla	Região	2005	2006	2007	2008
CO	Região Centro-oeste	9,20	9,23	10,21	10,55
N	Região Norte	4,56	4,74	5,23	5,29
NE	Região Nordeste	3,47	3,58	3,86	3,88
S	Região Sul	8,32	8,40	9,48	9,45
SE	Região Sudeste	9,75	10,04	11,03	10,96

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Unidade: R\$ de 2000 (mil)

Atualizado em:17/02/2011

Nota: Adaptado pela Autora

TABELA 8: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS – SUDESTE

Ano	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	% Relativo								
Outras Receitas	2.422.945,00	12,36%	1.940.251,00	11,79%	2.427.469,00	13,54%	2.388.692,00	13,14%	2.282.337,00	12,47%
Receita Mantenedora	12.968.523,00	66,14%	9.546.824,00	58,02%	9.020.181,00	50,30%	8.111.497,00	44,62%	8.008.274,64	43,76%
Receita Subvenção	4.095.372,00	20,89%	4.811.564,00	29,24%	6.333.125,00	35,31%	7.513.890,00	41,33%	7.837.959,00	42,83%
Receita Não-Operacionais	119.962,00	0,61%	155.483,00	0,94%	153.227,00	0,85%	164.516,00	0,90%	171.890,00	0,94%
Total	19.606.802,00	100%	16.454.122,00	100%	17.934.002,00	100%	18.178.595,00	100%	18.300.460,64	100%

Fonte: Elaborado pela autora

TABELA 9: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS – NORDESTE

Ano	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	% Relativo								
Outras Receitas	1.707.538,00	7,49%	3.089.800,00	15,91%	2.438.390,00	13,08%	2.594.570,00	14,42%	3.502.836,00	18,66%
Receita Mantenedora	19.110.571,00	83,85%	13.912.472,00	71,66%	13.037.684,00	69,93%	12.024.665,00	66,84%	11.969.967,00	63,76%
Receita Subvenção	1.951.446,00	8,56%	2.355.203,00	12,13%	3.102.182,00	16,64%	3.299.432,00	18,34%	3.082.753,00	16,42%
Receita Não-Operacionais	20.522,00	0,09%	56.923,00	0,29%	66.873,00	0,36%	71.233,00	0,40%	217.724,00	1,16%
Total	22.790.077,00	100%	19.414.398,00	100%	18.645.129,00	100%	17.989.900,00	100%	18.773.280,00	100%

Fonte: Elaborado pela autora

As Outras Receitas na região Sudeste apresentaram maior representatividade em relação ao Total de Receitas no ano de 2007 com percentual de 13,54% enquanto na região Nordeste ocorreu no ano de 2009 cujo percentual de 18,66%.

A região Nordeste apresenta maior dependência financeira frente à região Sudeste, onde a Receita da Mantenedora possui média de 71% de representatividade ao longo dos períodos, enquanto na região Sudeste esta média é de 53%.

Nordeste:

Considerando todas as entidades da região, o melhor desempenho ocorreu no ano de 2007, quando uma entidade apresentou *score* de 122 (aproximadamente 58% da pontuação máxima). Já o menor desempenho se encontra nos anos de 2005, 2006 e 2007, quando uma entidade apresentou *score* de 51

(aproximadamente 24%) da pontuação possível.

Ao excluir os subprojetos da amostra constata-se *score* máximo e mínimo de 113 e 51 que perfaz 54% e 24% respectivamente.

Sudeste:

Uma das entidades da região Sudeste apresentou um *score* de 139 (67% da pontuação máxima) nos anos de 2006 a 2009. Este foi o melhor desempenho entre as instituições avaliadas desta região.

O menor desempenho ocorreu em 2007 quando uma entidade apresentou *score* de 74 (36%) da pontuação possível.

A média de IGISFL para a região Nordeste e Sudeste nos anos analisados é apresentada no gráfico abaixo:

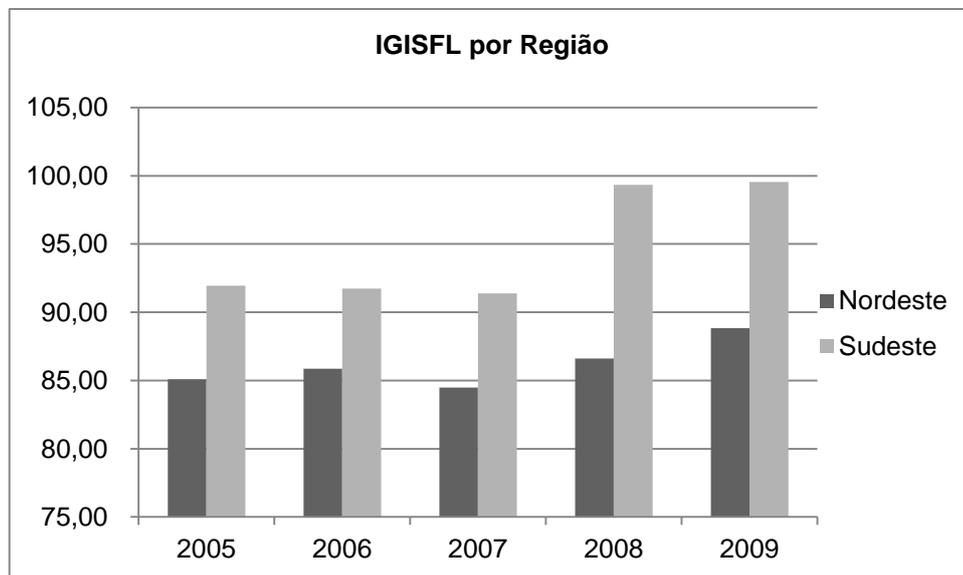


Figura 2: Gráfico IGISFL médio por região
Fonte: Elaborado pela autora

Com o intuito de averiguar a validade da hipótese de que existe associação, entre Outras Receitas, ponderada pelo ativo total e Índice de Governança apurou-se as correlações existentes entre estas variáveis. Separaram-se ainda as dimensões que compõem o IGISFL de maneira a se verificar se as Receitas são mais

associadas a alguma delas. Os resultados são sumarizados na tabela abaixo:

TABELA 10: CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS/ATIVO TOTAL E DIMENSÕES QUE COMPÕE O ÍNDICE

	Descrição	Índice IGISFL	Evidenciação	Conselho	Ética	Retorno Social	Direto de Prop.
Sudeste	Receita Total	-0,1803	-0,0385	-0,0839	-0,2352	-0,0150	-0,0403
	Receita Mantenedora	-0,2113	-0,0975	-0,0752	-0,2480	-0,0383	-0,0489
	Receitas Subvenção	0,0011	0,1162	-0,0752	-0,0443	0,0199	0,0186
	Receitas Não Operacionais	0,1744	0,0945	0,1088	-0,0145	0,1098	0,1596
	Outras Receitas	-0,0589	0,1292	-0,0649	-0,1626	0,0778	-0,0285
Nordeste	Receita Total	-0,1116	-0,2148	-0,0716	0,0160	-0,0118	-0,0745
	Receita Mantenedora	-0,1727	-0,2672	-0,0966	-0,0236	-0,0651	-0,0803
	Receitas Subvenção	-0,0357	-0,0248	-0,0218	-0,0480	0,1025	-0,0495
	Receitas Não Operacionais	0,0473	0,1767	0,0530	-0,0960	0,1765	-0,0221
	Outras Receitas	0,1894	0,0385	0,1767	0,2622	-0,0667	0,0669

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme apresentado acima, levou-se em consideração não só a Receita Total como também Outras Receitas. Essa última refere-se às doações recebidas de terceiros enquanto a Receita Total é composta pela Receita Mantenedora, Receita Subvenções, Outras Receitas e Receitas não Operacionais.

A hipótese de que as Outras Receitas provenientes de doações recebidas por terceiros seja positivamente relacionada à governança aparentemente não se sustenta, quando são consideradas entidades localizadas no Sudeste, onde o coeficiente de correlação é negativo.

A tabela acima permite que sejam destacados importantes aspectos para a região Nordeste. Inicialmente, verifica-se que há correlação positiva entre Outras Receitas/ativo total e IGISFL. Assim, há indícios de que a Governança Corporativa parece ser um aspecto associado na decisão do doador, diferentemente do que ocorre quando se considera as Receitas Totais.

Ademais, a dimensão mais fortemente associada às Outras Receitas é Evidenciação. Este resultado é oposto ao encontrado quando se correlaciona as dimensões com a Receita de Subvenção, em que o aspecto mais associado é Retorno Social.

Como forma mais robusta de se analisar o problema de pesquisa, estimou-se

a regressão apresentada em (2) que relaciona Outras Receitas (provenientes de doação) das entidades e o IGISFL.

O quadro a seguir descreve as variáveis de controle e a predição dos sinais:

VARIÁVEL	PREDIÇÃO	RELAÇÃO
LN Ativo Total	Quanto maior o tamanho maior a evidenciação, conforme resultado da pesquisa de Rezende, Facure e Dalmácio que o nível de evidenciação está correlacionado ao tamanho econômico das entidades sem fins lucrativos.	+
Superavit-Deficit	O doador pode considerar que a saúde financeira da Instituição.	+
Receita Mantenedora	Quanto mais recursos repassados pela Mantenedora denota maior credibilidade da instituições beneficiada.	+
Receitas Subvenção	Quanto mais recursos arrecadados por subvenções do governo maior o volume de prestação de contas, assim maior é a transparência.	+
Dependência Mantenedora	Quanto mais dependente, menor esforço para buscar outras fontes de recursos, menor captação de doações.	-
Taxa de Pobreza	Quanto maior a taxa de pobreza menor a arrecadação.	-
Distância Centro	Quanto mais próxima do centro mais facilidade de acesso a Instituição.	+
PIB per Capita	Quanto maior PIB maior é a renda do município mais recurso arrecados pela instituição	+

Quadro 3: Sinais esperados entre as variáveis na regressão

Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados são apresentados na tabela abaixo:

TABELA 11: ESTIMAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE DOAÇÃO E O ÍNDICE DE GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Variável Dependente: Outras receitas provenientes de doação: Índice IGISFL

Variáveis	Coefficiente	P-Valor
Constante	1,7841	0,0040
IGISFL	0,0051	0,0300
LN Ativo Total	-0,0697	0,0750
Superavit-Deficit	8,67E-07	0,2380
Receita Mantenedora	0,0992	0,0000
Receitas Subvenção	0,0823	0,0170
Dependência Mantenedora	-0,5758	0,0000
Taxa de Pobreza	-0,0467	0,0020
Distância Centro	0,0001	0,4000
Região	1,5219	0,0010
PIB <i>per Capita</i>	3,72E-07	0,9420
Ano 2006	-0,1299	0,2180
Ano 2007	-0,2010	0,0820
Ano 2008	-0,4333	0,0150
Ano 2009	-0,4587	0,0260
Obs.	475	
R-Quadrado	0,3607	

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: **IGISFL**: Índice de Governança para Instituições Sem Fins Lucrativos; **LN Ativo Total**: Logaritmo do Ativo Total; **Superávit – Déficit**: resultado das Instituições Sem Fins Lucrativos, o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit e déficit; **Receita Mantenedora**: representada por receita recebidas da Instituição Mantenedora para custodiar as atividades sociais da Instituição Mantida dividida pelo Ativo Total. **Receitas de Subvenções**: representada por valores recebidos de organizações governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Estado, etc dividida pelo Ativo Total; **Dependência Mantenedora**: referente ao percentual que a Receita da Mantenedora representa em relação às Receitas Totais, Instituições com percentual acima de 40% foram consideradas dependentes de Mantenedora; **Taxa de pobreza**: percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior a linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO (Food and Agriculture Organization) e da OMS (Organização Mundial da Saúde) **Distância Centro**: referente a distância medida em Quilômetros entre a localização da Instituição ao Centro da Capital. **Região**: Nordeste ou Sudeste; **PIB *per Capita***: é o PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas no país) dividido pelo número de habitantes.

Observa-se que o coeficiente estimado que capte o efeito do IGISFL sobre as Outras Receitas provenientes de doações se apresenta positivo e significativo. Esse resultado vem sugerir existência de uma relação positiva entre governança e Outras Receitas. Espera-se, se tudo se mantiver constante, que o aumento em uma unidade no IGISFL provoque o aumento de aproximadamente 0,005 em termos de

ativo total nas Outras Receitas. Ainda, tal relação é estatisticamente significativa isto é, a relação existe.

Esse fato seria uma evidência de que a resposta ao problema de pesquisa é positiva. A relação entre Receita com doações e governança se sustenta.

Os fatores que apresentam alguma relação com as Outras Receitas proveniente de doações são distância do centro, Região, Receita com subvenções e Receita Mantenedora¹. As relações se mostram negativas, indicando que quanto maior o tamanho da entidade, menor será as Outras Receitas com doações. Também, quanto maior a taxa de pobreza da entidade, menor será as Outras Receitas provenientes de doação. Além disso, entidades dependentes da mantenedora recebem em média menos doações de terceiros.

¹ Considerando nível de significância de 5%.

TABELA 12: ESTIMAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE DOAÇÃO E AS DIMENSÕES DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES

Variável Dependente: Outras receitas provenientes de doação e dimensões

Variáveis	Coefficiente	P-Valor
Constante	1,7468	0,0060
Evidenciação	0,0394	0,0000
Estrutura e Funcionamento	0,0021	0,7860
Ética e Conflito de Interesse	0,0076	0,1190
Retorno Social	0,0015	0,8340
Direitos e Propriedade	0,0009	0,7960
LN Ativo Total	-0,0800	0,0430
Superavit-Deficit	9,40E-07	0,1980
Receita Mantenedora	0,1001	0,0000
Receitas Subvenção	0,0797	0,0200
Dependência Mantenedora	-0,5684	0,0000
Taxa de Pobreza	-0,0488	0,0010
Distância Centro	0,0001	0,5850
Região	1,5365	0,0010
PIB <i>per Capita</i>	0,0000	0,8320
Ano 2006	-0,1559	0,1380
Ano 2007	-0,2345	0,0420
Ano 2008	-0,5108	0,0040
Ano 2009	-0,5463	0,0090
Obs.	475	
R-Quadrado	0,3774	

Fonte: Elaborado pela autora

A tabela acima indica que a dimensão que mais influencia as doações é Evidenciação, sendo a relação positiva e significativa entre as variáveis, para cada aumento de uma unidade na dimensão Evidenciação, Outras Receitas aumentam 0,039 em termo de ativo total.

Este resultado corrobora com Malacrida e Yamamoto (2006, p. 66), onde os autores afirmaram que a divulgação de informações, por parte das empresas, é fundamental para os seus usuários no processo de tomada de decisões. Assim, a evidenciação clara, objetiva e completa possibilita um maior grau de confiabilidade e segurança ao se decidir por uma alternativa em detrimento de outras.

Em consonância com o trabalho de Rezende, Facure e Dalmácio (2008,

p.10), podemos observar que, na média, a maior parte da pontuação do score criado pelos autores foi na dimensão evidênciação. Esta dimensão está diretamente relacionada a aspectos legais e obrigatórios de publicação das demonstrações contábeis.

Por outro lado, as dimensões Estrutura e Funcionamento, Ética e Conflito de Interesse, Retorno Social e Direito de Propriedade indicam que não possuem relação com Outras Receitas, uma vez que os resultados encontrados não foram significativos.

Verifica-se ainda que a relação entre Outras Receitas e Logaritmo do Ativo Total, Receita Mantenedora, Receita de Subvenção, Dependência da Mantenedora, Taxa de Pobreza e Região é significativa.

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu em uma análise empírica que pretende contribuir para a literatura, uma vez que há necessidade de aprofundamento de estudos que relacionam governança corporativa e receitas de doações de terceiros para entidades sem fins lucrativas.

Considerando os objetivos específicos, dentre eles o de identificar o nível de aderência as práticas de governança corporativa das entidades sem fins lucrativos da nossa amostra, os resultados encontrados evidenciam baixo nível de governança para as entidades pesquisadas. Esse resultado se aproxima do encontrado por Rezende, Facure e Dalmácio. (2008) evidenciando que o nível geral de adoção das práticas de governança para entidades sem fins lucrativos é extremamente baixo. Ademais, 91% das entidades não alcançam sequer a metade do *score* possível de ser alcançado.

Contudo, observou-se um aumento, em média, do índice IGISFL ao longo do período analisado, 2005 a 2009, tendo este iniciado a 87,68 e terminado a 92,89, respectivamente. Isto indica que o nível de práticas de governança foi crescente e o mesmo aconteceu com a variável Outras Receitas, objeto deste estudo.

Adicionalmente, o objetivo específico de investigar se quanto maior o nível de governança maior os recursos arrecadados, é verdadeiro. O resultado da regressão estimada evidencia que o aumento em uma unidade no IGISFL resulta no aumento de aproximadamente 0,005 em termos de ativo total nas Outras Receitas.

Considerando o objetivo geral do trabalho, de identificar se o nível de aderência das práticas de governança corporativa gera influência sobre os recursos

arrecadados pelas entidades sem fins lucrativos, derivado de doações de terceiros, encontrou-se a existência de uma relação positiva e significativa.

Verificou-se ainda que a dimensão que mais influencia as doações é Evidenciação, sendo a relação positiva e significativa entre as variáveis. Este efeito está diretamente relacionada a aspectos legais e obrigatórios de publicação das demonstrações contábeis.

Como limitação, temos o fato de que a amostra pertence a apenas duas regiões do país e as entidades estudadas recebem recursos de uma mesma organização internacional.

Como extensão da pesquisa, eventuais trabalhos futuros podem inserir outras mantenedoras, bem como entidades de diferentes regiões do país. Além disso, maior estratificação por tipo de entidades: escola, creche, centro de serviço, projeto de ajuda familiar, dentre outras, permite verificar se existe relação diferenciada entre governança e receitas com doações para cada tipo de entidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jan. 2011a.

_____. **Decreto nº 3.048/1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm>. Acesso em: 05 dez. 2010b.

_____. **Decreto-Lei nº 4.657/1942**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 05 dez. 2011c.

_____. **Lei n. 10.406/2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03 dez. 2010d.

BUSHMAN, Robert.; SMITH, Abbie. Financial accounting information and corporate governance. **The Journal of Accounting and Economics**. n. 32., 237-333, 2001.

CARVALHO, Helliene Soares. **As práticas da boa governança corporativa nas empresas e os reflexos destas ações no Terceiro Setor**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2005.

CAVICCHIOLI, Gabriele Spagnuolo; GOMES, Vanessa de Fátima Evangelista. **Crescimento do Terceiro Setor: conceitos e implicações**. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/.../gabrielaspagnuoloevanessagomes.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2010a.

_____. **Resolução CFC N.º 877/2000**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_877.doc>. Acesso em: 04 dez. 2010b.

_____. **Resolução CFC N.º 926/2001**. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_926.DOC>. Acesso em: 03 dez. 2010c.

CORREIA, Laíse Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes. Reflexão sobre as funções da Governança Corporativa. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-55, jan./mar. 2006.

COSTA, Fábio Moraes da; DARÉ, Patrícia Regina Caldeira; VELOSO, Andrez Rodriguez. Do comportamento do consumidor ao comportamento do doador: adaptando conceitos de marketing. **Brazilian Business Review**, v.1, n.1., p.45-62, 2004.

COY, D.; DIXON, K. The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports. *The British Accounting Review*, v. 36, p. 79-106, 2004.

DALMÁCIO F. Zoboli *et al.*. A relação entre a performance (risco x retorno) e a taxa de performance, cobrada ou não pelas instituições administradoras dos fundos de ação ativos brasileiros: uma abordagem à luz da teoria da agência. 5º Congresso USP. **Anais...** 2005.

FACIN, C. L.; LIMA, E. M. Efeitos da divulgação da prestação de contas sobre as doações individuais para entidades do terceiro setor, 4º Congresso UFSC. **Anais...** 2011.

FRANÇA, José Antonio de. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2008.

FUNCHAL, Bruno; GALDI Fernando Caio; LOPES Alexsandro Broedel. Interactions between Corporate Governance, Bankruptcy Law and Firms' Debt Financing: the Brazilian Case, **Brazilian Administration Review**, Curitiba, v. 5, n. 3, art. 5, p. 245-259, July/Sept. 2008.

GUIMARÃES, Isac Pimentel; PINHO, Lorena de Andrade; LEAL, Raimundo Santos. **Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor**: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia, *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 13, n. 3, p. 132-148, set./dez. 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 04 dez. 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 20 jan. 2010.

JEGERS, Marc. "Corporate" Governance in Nonprofit Organizations – A Nontechnical Review of the Economic Literature. **Nonprofit Management & Leadership**, vol. 20, no. 2, Winter 2009.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency

costs and ownership structure. **The Journal of Financial Economics**, Rochester, 3 (4): 305-360, 1976.

LANZANA Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEAL, Ricardo, P. C.; CARVALHAL-DA-SILVA, André, L. Corporate governance index, firma valuation and performance in Brazil. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 3, n. 1, p. 118, 2005.

LIMA, Emanuel Marcos. **Contribuição para apuração e evidenciação do resultado econômico das entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LOPES, Alexsandro Broedel; WALKER, Martin. Firm-Level Incentives and the Informativeness of Accounting Reports: An Experiment in Brazil. **Working Paper**. 2008. Disponível em: < <http://ssrn.com/abstract=1095781>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

MALACRIDA M. J. Contrera e YAMAMOTO M. Mitiyo. Governança Corporativa: Nível de evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**, Edição Comemorativa, p. 65 – 79, 2006.

MENDONÇA, Luciana Rocha de; FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro Machado. Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas. **Revista de Administração**, São Paulo, v39, n.4, p.302-308, out./nov./dez. 2004.

PINTO, G. M. V. de Souza. **Governança corporativa e o desempenho das cooperativas de crédito no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, 2008.

RECEITA FEDERAL. **Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99**. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/rir/default.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2010.

REZENDE, Amaury José; FACURE, Carlos Eduardo Fernandes; DALMÁCIO, Flávia Zóboli. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, 9º. Congresso USP – Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo, 2008.

ROSSETTI José Paschoal, ANDRADE Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAITO, Richard; SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **RAE**, vol. 48: 79-86, n.2 abr./jun. 2008.

SATO, Fábio Ricardo Loureiro. **A teoria da agência no setor da saúde**: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **RAP** Rio de Janeiro 41(1): 49-62, Jan./Fev. 2007.

SILVEIRA Alexandre Di Miceli, **Governança corporativa e estrutura de propriedade**: Determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. São Paulo FEA 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TERRA P. R. Soares e LIMA J. B. Nast. Governança corporativa e a relação do mercado de capitais à divulgação das informações contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**, 42, p. 35 – 49, 2006.

YETMAN, Michelle H.; YETMAN, Robert J. **The Effects of Governance on the Accuracy of Charitable Expenses Reported by Nonprofit Organizations**. Accepted Article, Contemporary Accounting Research.

ANEXOS

ANEXO A – PERGUNTAS QUE COMPÕE O IGISFL

Dimensões da Governança	Perguntas	Embasa- mento ²	
Evidenciação	1	O web site da entidade disponibiliza as demonstrações contábeis?	PR
	2	O web site da entidade disponibiliza o estatuto?	PR
	3	O web site da entidade é disponibilizado em outra língua?	PR
	4	O web site da entidade divulga a relação completa de todos os membros dos conselhos?	PR
	5	O web site da entidade possui seção sobre ações sociais?	PR
	6	O web site da entidade possui seção acessível de contato direto com a entidade?	PR
	7	Os demonstrativos foram elaborados ou publicados dentro prazo legal?	PR
	8	Os demonstrativos são apresentados ao CNAS, dentro do prazo?	SP
	9	O Relatório de atividades para entregue ao Ministério da Justiça, caso a entidade tenha reconhecimento de utilidade pública federal?	SP
	10	Os demonstrativos apresentam os elementos contábeis obrigatórios: BP, DRE, NE, DMPL (DLPA) e DOAR (FLUXO DE CAIXA)?	PR
	11	Os demonstrativos apresentam o Parecer dos Auditores independentes (PA)?	PR
	12	O Parecer do Auitores independentes é sem ressalva?	SP
	13	Os demonstrativos apresentam alguma demonstração adicional, exceto as mencionadas?	PR
	14	Os demonstrativos apresentam o Balanço Social (BS), de acordo com as normas de algum instituto?	PR
	15	Os demonstrativos apresentam o parecer do Conselho Fiscal?	PR
	16	Os demonstrativos apresentam o Relatório da Administração (RA), ou relatórios gerenciais com breve resumo com pontos relevantes?	PR
	17	O RA possui informações sobre o orçamento?	PR
	18	O RA possui informações sobre a implementação de práticas de governança corporativa?	PR
	19	A entidade apresenta a isenção patronal de INSS concedidas nas notas explicativas?	SP
Conselhos - Estrutura e Funcionamento	20	A entidade tem uma diretoria?	SP
	21	O processo para eleição dos membros da Diretoria é formalizado?	SP
	22	Existe o Conselho de Administração, oficialmente e funcionalmente?	PR
	23	O Conselho de Administração é composto por 5 a 9 membros?	PR
	24	O Conselho de Administração possui algum de seus membros independente?	PR
	25	Os membros do Conselho de Administração possuem mandato com duração pré-determinada e preferencialmente de 1 ano?	PR
	26	Os membros do Conselho de Administração possuem formação técnica?	PR
	27	Existe o Conselho Fiscal, oficialmente e funcionalmente?	PR
	28	Existe o Comitê de Auditoria ou auditores internos, oficialmente e funcionalmente?	PR

² A quarta coluna do anexo representa a fundamentação para a pergunta que é feita. As siglas correspondem aos seguintes significados: PR – Pesquisa de Resende, Facure e Dalmácio (2008) e SP – Sugestão de Pesquisa da autora.

Dimensões da Governança	Perguntas		Embasa- mento ²
	29	Existe o Conselho Consultivo, oficialmente e funcionalmente?	PR
	30	Os gestores são remunerados?	PR
Ética e Conflito de Interesse	31	A entidade possui um código de ética ou conduta disponível em seu web site?	PR
	32	O estatuto da entidade estabelece a arbitragem como forma de resolver os conflitos?	PR
	33	A entidade não possui dívidas vencidas referentes à tributos federais e contribuição previdenciária?	PR
Retorno Social	34	A entidade tem a finalidade de promover atividades culturais?	PR
	35	A entidade tem a finalidade de promover atividades educacionais?	PR
	36	A entidade tem a finalidade de realizar ações beneficentes ou filantrópicas para a comunidade?	PR
	37	A entidade tem a finalidade de realizar ações voltadas ao meio-ambiente?	PR
	38	A entidade não tem dependência da instituição mantenedora (acima de 40%)?	SP
	39	A entidade apresenta as gratuidades concedidas nas notas explicativas?	SP
	40	A gratuidade é superior á isenção de contribuições sociais usufruídas pela entidade?	SP
Direitos e Propriedade	42	A Assembléia Geral é o órgão soberano da entidade, oficialmente e funcionalmente?	PR
	43	A Assembléia Geral é convocada com antecedência de 30 dias?	PR